

Dossiê

Museologias, Coleções e Arqueologias

Camila Azevedo de Moraes Wichers¹

Diego Lemos Ribeiro²

Maria Cristina Oliveira Bruno³

DOI 10.26512/museologia.v12i24.51582

A relação entre Arqueologia e Museus é de longa data, tendo sido os museus as instituições que abrigaram as primeiras pesquisas arqueológicas no Brasil, ainda no século XIX. Essa relação foi afetada, nos séculos posteriores, pela significativa e multifacetada expansão dos estudos arqueológicos no país, que têm permitido a produção de análises sobre o passado, chegando a interpretações referentes às questões contemporâneas que evidenciam as interlocuções entre territórios e sociedades, com todas as suas assimetrias, as diversas maneiras de arranjos comunitários e as diferentes formas de conviver com a nossa herança histórico-cultural.

Esses contextos que têm aproximado produção de conhecimento e educação para o patrimônio, ao longo de décadas, têm sido responsáveis igualmente pela criação e desenvolvimento de instituições com diferentes tutelas administrativas e formatos de pesquisa. Em muitos casos, estas instituições foram estabelecidas em universidades ou institutos de pesquisas, em outras circunstâncias foram organizadas no âmbito dos governos estaduais e municipais e, raramente, partiram da iniciativa privada. Trata-se, portanto, de um cenário dinâmico que permite muitas análises, cujas vivências têm sido pautadas pelos caminhos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Mais recentemente, a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) trouxe novas potencialidades, bem como desafios no que concerne à delimitação de papéis e de responsabilidades.

Neste circuito, a Museologia como campo de conhecimento despontou com vistas a colaborar com essas discussões, mas, sobretudo, para participar no âmbito de suas particularidades, das equações de salvaguarda e comunicação destes acervos e contribuir com a construção da herança cultural. No entanto, a potência da Museologia enfrentou de imediato, entre nós, circunstâncias muito adversas e se viu incompreendida no que tange ao seu alcance para dialogar com a Arqueologia, pois os problemas que começaram a surgir, especialmente no que diz respeito à produção desenfreada de acervos, no século XXI, esmagou as possibilidades de evidenciar as suas respectivas musealidades. Ao contrário, foi necessário que toda a energia dos

1 Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona e em Arqueologia pela Universidade de São Paulo – Professora de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás - UFG. E-mail: camilamoraes@ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8996-7183>

2 Doutor em Arqueologia – Professor Associado do Departamento de Museologia e Conservação e Restauração. Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas - UFPel. E-mail: dlrmuseologo@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2433-4828>

3 Museóloga, Professora Titular em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, onde foi diretora de 2014 a 2018. Está integrada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia/USP e coordena o Laboratório de Pesquisas em Comunicação Museológica, com as seguintes linhas de atuação - Teoria Museológica, Planejamento Museológico e Musealização da Arqueologia. E-mail: mcobruno@uol.com.br . ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2172-9071>

profissionais e estudantes fosse direcionada para a compreensão de uma difícil equação: produção de conhecimento x licenciamento ambiental x salvaguarda de acervos x socialização de informações x educação para o patrimônio. Ou seja, toda a cadeia operatória museológica ficou subordinada a injunções de ordem econômica e política, fruto do modelo de desenvolvimento do país ao longo das últimas décadas.

Destarte, ainda que a relação entre Arqueologia e museus seja de longa data, a inserção de reflexões propriamente museológicas nesses processos ainda encontra barreiras entre nós, seja pelos motivos conjunturais expostos, seja por questões estruturais associadas ao isolamento de campos acadêmicos e profissionais pouco afeitos ao diálogo interdisciplinar, resultando em uma significativa compartimentação de saberes. Pode-se dizer que, por um lado, a especialização dos saberes possibilitou a compreensão de uma série de especificidades referentes às coleções salvaguardadas institucionalmente. Por outro, por seu caráter nuclear, a hiperespecialização e a segmentação dos saberes pouco contribuíram para compreender o patrimônio arqueológico dentro dos seus nexos históricos, temporais, políticos e sociais. E em decorrência disso, contribui-se de forma inequívoca com a tendência do anonimato do patrimônio arqueológico, local e regionalmente.

Os processos museológico-curatoriais ainda carecem de alteridade entre os campos de conhecimento. É preciso encarar esses processos com fluxos interdependentes de ações, de forma mais solidária e colaborativa, em contraponto às disposições hierárquicas e autocráticas. A crise dos acervos e a baixa aderência social em relação ao patrimônio museológico são dilemas complexos por natureza, que devem ser encarados por diferentes perspectivas – não apenas disciplinarmente, mas também na confluência de ontologias. Importa considerar, igualmente, que museus e instituições congêneres devem ter um papel ativo socialmente, em oposição à postura passiva de repositório de acervos. São, portanto, desafios de ordem epistêmica e aplicada, em que se busca equacionar as tensões entre o lembrar e o esquecer, o silêncio e a visibilidade, a valorização e o abandono, a contemplação e a participação.

Não obstante, paulatinamente os profissionais que atuam nas sinergias entre Arqueologia e Museologia foram identificando esses problemas e agindo de forma a expor, discutir e elaborar análises sobre estas questões. Dessa forma, na contemporaneidade observa-se a ampliação significativa das abordagens museológico-curatoriais dessas coleções, bem como das reflexões acadêmicas. Esse processo se transformou e um certo ativismo a favor da Musealização da Arqueologia, que, por sua vez, aproximou profissionais e estudantes interessados em construir pontes entre estes campos.

No presente dossiê, Museologias, Coleções e Arqueologias, da Revista Museologia & Interdisciplinaridade, da Universidade de Brasília, buscamos convergir discussões sobre essa trajetória, integrando reflexões acerca das novas éticas, teorias e práticas museológicas no tratamento da realidade arqueológica.

Para tanto, iniciamos o dossiê com dois artigos que sintetizam os percursos dessas reflexões e algumas premissas que julgamos centrais nesse debate. Um primeiro artigo, de nossa autoria, articula aspectos teórico-metodológicos da Musealização da Arqueologia com seus respectivos desdobramentos como campo acadêmico e profissional, ao longo de mais de três décadas. Tencionamos também pontuar algumas rotas que vislumbramos para futuro dos acervos arqueológicos, salientando a importância de que também profissionais e acadêmicos/os da Museologia possam refinar o olhar para o potencial de musealidade dos bens arqueológicos. O segundo artigo do dossiê, com o título “Acervos-povoados: apontamentos a partir da arqueologia amazônica” de autoria de Marcia Bezerra, indica igualmente que os debates acerca dos acervos arqueológicos têm uma longa historicidade no Brasil, mas eviden-

cia a recente e crescente reflexão acerca dos sentidos e das existências das coisas arqueológicas. A partir de experiências na arqueologia amazônica, Bezerra salienta a importância da escuta desses “seres artefactuais”, bem como de práticas inclusivas e plurais na gestão dos acervos arqueológicos, considerando que as perspectivas e as experiências do outro não são transferíveis.

O próximo bloco do dossiê perpassa questões relativas à gestão institucional e informacional dos acervos arqueológicos. O texto de Alejandra Saladino, intitulado “Precisamos preservar as instituições... e quem preserva o patrimônio arqueológico musealizado? Primeiras reflexões sobre o panorama brasileiro e espanhol” traz reflexões e resultados alcançados pela autora a partir de uma análise comparativa sobre a gestão do patrimônio arqueológico nos panoramas brasileiro e espanhol. Saladino aponta que, em ambos os países, identifica-se um conjunto de aspectos críticos na gestão do patrimônio arqueológico musealizado, relacionados, por exemplo, ao lugar secundário desses bens nas políticas de patrimônio cultural e às pressões dos campos político e econômico, cujo resultado é a manutenção de um círculo vicioso estabelecido por relações assimétricas. Em seguida, nesse bloco, temos o artigo “A torre de Babel da documentação de acervos arqueológicos: uma proposta de gestão ampla em meio a inventários e catálogos diversos”, de Leticia Dutra e Mario Polo. Com ênfase na documentação museológica aplicada a acervos arqueológicos, aspecto ainda pouco debatido de forma criteriosa no contexto brasileiro, o artigo aponta como a ausência de uma padronização mínima para gestão dos acervos forma um emaranhado de “línguas distintas” entre as diferentes coleções, que pouco ou nada conversam entre si, verdadeiras “Torres de Babel”. O texto traz uma proposta de gestão desenvolvida e atualmente em aplicação junto ao setor de Arqueologia do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - MN/UFRJ.

O dossiê passa, então, a abordar o que podemos denominar como “estudos de caso”, com seis artigos que versam sobre distintas regiões, instituições e enquadramentos da relação entre coleções, arqueologias e museologias. Gilcimar Costa Barbosa e Carlos Roberto Santos Costa se debruçam sobre as coleções arqueológicas formadas no estado de Rondônia, assumindo a Musealização da Arqueologia como horizonte teórico. Os autores traçam aspectos dos fluxos e processos de geração desses acervos, da emissão de endossos para pesquisas no Estado por instituições de outras partes do país, dos desafios para a implantação e o fortalecimento de instituições locais, bem como delineiam possíveis alternativas para apropriações desses acervos. Na sequência, Helena Lima reúne experiências no Museu Paraense Emílio Goeldi, que visam envolver os coletivos humanos em perspectivas mais abertas, dialógicas e horizontais de gestão de acervos arqueológicos. A autora salienta, assim, a necessidade de perspectivas interculturais, para além de interdisciplinares, no trabalho com esses acervos, aspecto também salientado no artigo de Marcia Bezerra. Esse é o caminho trilhado igualmente no texto de Maurício André Silva, Marjorie do Nascimento Lima e Eduardo Tamanaha, ao apresentar a coleção arqueológica da Rádio Comunitária A Voz da Selva de Boa Esperança, fruto da apropriação de objetos arqueológicos por crianças ribeirinhas no contexto amazônico. Mais uma vez, os objetos arqueológicos são compreendidos como coisas que transbordam em inúmeras camadas, tangíveis e intangíveis, com espirais de leituras, traduções e ressignificações. No texto é mobilizada a noção de “coleção parente” para explorar as relações das famílias ribeirinhas com as coisas, em um processo constante de aproximação com o tempo da memória.

Em seguida, nos deslocamos do norte para experiências nas regiões sudeste e sul do Brasil, primeiramente, com o artigo de Larissa Girardi Losada e David Lugli Turtera Pereira, que apresenta o relato de um projeto para salvaguarda do acervo ar-

queológico no Museu Histórico Sorocabano, localizado no interior paulista. As ações realizadas envolveram a aplicação de procedimentos técnico-científicos, como o inventário do acervo, a modernização e a adequação do espaço de guarda. Importante destacar que ações dessa natureza são centrais para a reversibilidade da invisibilidade a que ficaram relegados esses objetos arqueológicos, durante décadas. Em seguida, a discussão acerca da inserção de um acervo arqueológico no Museu Victor Meirelles, é apresentada no artigo de autoria de Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos. O acervo provém de pesquisas arqueológicas emergenciais realizadas, em momentos distintos, no escopo dos processos de restauração e ampliação da edificação que abriga o museu. A autora traz as inquietações e as discussões no âmbito da musealização de acervos arqueológicos dentro de uma instituição de arte, uma vez que sua inserção envolverá uma reformulação significativa das diretrizes institucionais do museu, ao mesmo tempo em que trará novas possibilidades, sobretudo, para os ações educativas.

Passamos, então, ao último estudo de caso desse bloco, que aborda o *Archaeological Museum of Piraeus*, na Grécia, de autoria de Maria Vitoria Vieira Capote Gonzaga e Margarita Barretto. O estudo foca na análise da exposição permanente do museu, cuja coleção vai desde a era micênica até à época romana e recompõe a história da região, que foi um importante centro comercial do Mediterrâneo Oriental. As autoras demonstram, com o uso abundante de diagramas e imagens, como a exposição é marcada por um discurso ultrapassado, de caráter estético. Não obstante, pequenas modificações identificadas pelas autoras ao longo do tempo evidenciam o desejo de mudanças na exposição. Por fim, é enfatizada a potencialidade do diálogo do museu com a paisagem urbana, uma vez que a cidade moderna está entrelaçada com a antiga.

Passamos a dois artigos que tangenciam a Musealização da Arqueologia, inserindo-se em um movimento de diálogo entre estudos voltados à musealização de coleções etnográficas, históricas e arqueológicas, tendo em vista a porosidade entre esses domínios disciplinares. O artigo de Gabriela Rodrighiero, Juliana Rodrighiero e Diego Ribeiro apresenta uma reflexão sobre a representação da cultura afro-religiosa nos museus de Pelotas. Por meio da análise das instituições museológicas no município e de entrevistas com gestores e lideranças religiosas, foram sintetizados alguns dos desafios vislumbrados, destacando-se os apagamentos decorrentes do racismo que caracteriza a sociedade brasileira. Por fim, a/os autora/es apontam a gestão compartilhada e colaborativa como possíveis caminhos para auxiliar nesta mobilidade cultural. Por seu turno, o artigo de Carla Grião da Silva Bernardino discute a acessibilidade em museus como possibilidade de reparação em processos de repatriação ou restituição. Ao repensar as formas de acessibilidade aos bens culturais, que muitas vezes reproduzem os valores da sociedade ocidental e moderna, a autora aponta o perigo de criarmos “objetos desencantados”, que desconsideram as visões de mundo(s) dos povos tradicionais, em especial, as ontologias ameríndias. Nesse sentido, o estudo, coloca-se como provocação para os processos de comunicação dos acervos arqueológicos.

À guisa de conclusão, salientamos que essa é a primeira publicação de um dossiê que aborda a relação entre museologias, arqueologias e coleções em um periódico científico do campo da Museologia, no Brasil. Agradecemos à comissão editorial e à equipe da Revista Museologia & Interdisciplinaridade, em especial ao Clovis Carvalho Britto e à Ana Abreu. Pela arte da capa, agradecemos à Nicóly Ayres. Por fim, agradecemos imensamente a participação de todas as pessoas que colaboraram com suas produções inéditas, que evidenciam a crescente e fértil partilha de saberes que compõem a Musealização da Arqueologia.